



O PENSAMENTO DE JOSÉ BONIFÁCIO: UMA ANÁLISE DE SEUS ESCRITOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3511

Karla Maria da Silva, UEM
Rafael Lourenço, UEM

Resumo

Este trabalho – que é vinculado ao Laboratório de Estudos de História do Brasil – apresenta as linhas gerais de uma pesquisa que propõe analisar os principais escritos políticos e econômicos de José Bonifácio de Andrada e Silva – o renomado Patriarca da Independência - elaborados no decorrer das três primeiras décadas do século XIX. O objetivo principal consiste em identificar a concepção de José Bonifácio acerca de questões fundamentais para a manutenção da sociedade e que estavam em franco debate à época tanto no Brasil como em todo mundo ocidental, tais como a escravidão, índios, revoluções, povo, território, Nação, Estado, imigração, etc. Adotou-se como metodologia a pesquisa e o estudo bibliográficos, envolvendo análise interna ou textual do material elencado (cada texto tem uma dimensão interna, uma estrutura e uma lógica próprias) e intertextual (no sentido do diálogo entre os textos); também o contexto do período em questão é objeto de investigação, uma vez que situa a discussão. Pretende-se, ainda, verificar de que modo o pensamento deste importante figura alinhava-se às novas ideias que emergiam no período, de modo a compreender a penetração dessas ideias no Brasil e a influência exercida por esse pensador na organização do Império, uma vez que pertencia à elite política luso-brasileira daquele período.

Palavras Chave:

Brasil; José Bonifácio;
sociedade.

Introdução

Ao longo do século XVIII, o mundo ocidental assistiu a eclosão de uma série de eventos que, em conjunto, abalaram profundamente os antigos alicerces até então vigentes. Fenômenos como a Revolução Industrial, o Iluminismo e o liberalismo, e ocorrências como a Revolução Francesa e, principalmente, a Independência dos EUA, propiciaram o desencadeamento de irreversíveis alterações tanto no plano das ideias quanto no plano material, e alteraram significativamente as estruturas políticas, econômicas e sociais, dando início a uma nova fase na história da humanidade.

A partir de então, ao velho e tradicional opunham-se o novo e o moderno; ao obscurantismo opunham-se a razão e a ciência; ao mundo estático impunha-se uma realidade mais dinâmica; e ao modelo aristocrático impunha-se o modelo burguês, ainda incipiente, mas em franca expansão.

Diante de tal ebulição, vivia-se um período de mudança de conceitos e de paradigmas. Propagava-se a ideologia burguesa, espalhavam-se a cientificidade e o empirismo, valorizava-se o conhecimento utilitarista, o pragmatismo, a busca da liberdade, e crença na ideia de progresso e do homem como portador da razão. Então, tomavam corpo as ideias que condenavam a escravidão, o absolutismo, o mercantilismo, e a forma aristocrática de organizar a sociedade.

Nesse contexto, também a organização política, econômica e administrativa dos Estados foram alvo de reflexões. Assim, no decorrer daquele quadro histórico, diversos pensadores/personagens importantes do cenário luso-brasileiro da época, produziram escritos, memórias, opúsculos e outros documentos, que discorriam acerca dos obstáculos ao desenvolvimento e das possíveis maneiras de superá-los.

Um dos grandes nomes que publicitaram suas ideias foi José Bonifácio de Andrada e Silva, o renomado “patriarca da Independência”, tido pela historiografia brasileira como grande estadista em função de sua atuação no processo e na consolidação da emancipação política do Brasil.

Decompondo seus principais escritos políticos e econômicos, elaborados nas três primeiras décadas do século XIX, para identificar suas concepções acerca de questões determinantes para o desenvolvimento e manutenção da sociedade do período, de modo a compreender o alcance de sua influência na organização do Império forjado em 1822. Fazer um levantamento dos escritos mais importantes de José Bonifácio, elaborados no início do século XIX; esquadrinhar esses escritos, de modo a identificar a concepção do autor acerca de questões como escravidão, índios, revoluções, povo, território, Nação, Estado, etc.

Deixou-nos uma rica herança intelectual ao registrar suas concepções e análises, e ao escrever diversos "Apontamentos" sobre os mais variados assuntos. Uma de suas anotações avulsas – organizadas por Miriam Dolhnikoff (2000), dá-nos uma noção de suas concepções:

Para conservar-se um Estado, e florescer, deve seguir os seguintes preceitos: 1º) Observância das leis e à letra. 2º) Antes diminuí-las, que aumenta-las. 3º) Igualdade de justiça, e superioridade de merecimento. [...]. 6º) Não dar comendas, hábitos, capelas e ofícios senão aos beneméritos, e não dá-las por vida. [...]. 8º) Dar o governo mostras continuadas que sabe castigar o duque, o desembargador, o general, como o sapateiro, logo que o merecem. [...]. 10º) Liberdade de imprensa só sujeita à lei *ex post facto* porém não *ante factum*. 11º) Liberdade pessoal sagrada. 12º) Direito de

propriedade sagrado. [...]. (SILVA, 2000, p. 79/80 – *grifos do autor*)

A transcrição acima, embora sucinta, deixa transparecer uma série de questões a serem consideradas, como a defesa da liberdade de imprensa, da propriedade privada, e da igualdade entre os homens, por exemplo, o que é um claro indício da importância do conjunto das obras de José Bonifácio.

Mais adiante, em outra passagem da mesma obra organizada por Dolnikoff (2000, p. 1080), observamos uma anotação em que o Andrada afirma que “os brasileiros querem ter liberdade; mas liberdade individual, e não as que tinham as repúblicas antigas, que era só a pública ou política. Não estão em estado de fazer sacrifícios contínuos e pessoais, para figurarem nas assembleias e na administração”. Note-se que a temática da liberdade se apresenta como uma constante. Tão interessante quanto sua obra é sua biografia.

Apesar de ter nascido em Santos, Bonifácio foi ainda jovem estudar na Europa (em 1783, quando contava com 20 anos), onde passou grande parte de sua vida. Embora também tenha estudado direito, matemática e política em Coimbra, foi como mineralogista que se destacou; cientista conhecido e afamado, ao longo da década de 1790 viajou por todo continente europeu e tornou-se membro de inúmeras academias de ciências. Vale dizer que a primeira cidade em que se estabeleceu quando saiu de Portugal foi Paris, que à época se constituía num inflamado foco revolucionário; suas experiências pela Europa certamente foram determinantes para a formação de seu pensamento: tendo visto de perto os desdobramentos da Revolução Francesa, tornou-se um crítico de processos revolucionários. Foi também na Europa que certamente aprofundou o contato com as obras de grandes filósofos da “Ilustração” – muitos citados em seus escritos – como Voltaire, Descartes, Locke, Rousseau e

outros, com os quais comungaria da crença na racionalidade da natureza a de suas leis. Segundo Octávio Tarquínio de Souza, seu biógrafo mais conhecido e talvez mais importante, a leitura desses pensadores inquestionavelmente concorreu para que Bonifácio tivesse “o pensamento mais alto e mais lúcido dentre os brasileiros do seu tempo” (SOUZA, 1961, p. 9).

Tendo viajado por todo o velho continente e tomado conhecimento do avançado estágio econômico, social e político em que se encontravam muitas nações, quando retornou a Portugal em 1800, teria percebido o “atraso” da terra lusitana em relação a algumas outras vizinhas.

Indicado pelo governo português a ocupar importantes cargos públicos, viu-se sobrecarregado de funções e mostrou-se extremamente indignado com as condições em que deveria desenvolver suas obrigações. Aumentava o desapontamento e à insatisfação do Andrada. Ao seu descontentamento somava-se a saudade da terra natal, e o desejo de retornar ao Brasil afluía.

Quando, em 1808, cogitava sua volta, Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas. Bonifácio, ao contrário do que se esperava, não desertou como a Corte; manteve-se firme e chegou a pegar em armas para defender a terra lusitana. Somente em 1819, com a Corte já instalada no Brasil e contando ele já com mais de 50 anos, obteve permissão do governo para regressar.

Fixando residência em Santos, começou a se colocar a par da real situação em que se encontrava o Brasil; num primeiro momento sofreu um grande impacto, pois quando partira para Portugal em 1783, deixara uma terra totalmente diferente daquela de 1819, que além de estar bem mais desenvolvida, não era mais uma simples colônia: o Brasil havia sido elevado à categoria de Reino Unido e se tornado sede do império.

Com sua formação de cientista, influenciado pela ilustração e o conhecimento clássico, observador atento da realidade nacional, formulou um projeto civilizatório para o Brasil. Porém, podemos dizer que Bonifácio nunca sonhou em ser estadista, homem público ou algum tipo de reformador social, sonhava com a glória de um sábio, em que descobriu minerais, ou melhor, era um homem da ciência. Não foi Bonifácio que foi atrás política, a política foi atrás do renomado José Bonifácio de Andrada e Silva.

Grupos ligados à vida política aproximou-se de Bonifácio e, mais tarde, ele conseqüentemente, a D. Pedro, que se tornará Príncipe Regente com a partida de D. João VI para Portugal durante a atuação das Cortes de Lisboa. Em 1821, tornou-se presidente da Junta Provisória de São Paulo e elaborou suas "Lembranças e Apontamentos", que se constituíam em instruções para os deputados brasileiros seguirem perante as Cortes de Lisboa. Continuou envolvido na vida política luso-brasileira e atuou de maneira bastante destacada no processo de Independência.

Embora tenha se tornado braço direito do Príncipe, aconselhando-o e apoiando-o em momentos extremamente delicados, não assumiu de imediato uma postura radical de rompimento com Portugal; defendeu, até mesmo às vésperas da Independência, a manutenção do título de Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Somente tendeu para ao radicalismo quando percebeu que a situação não mais poderia ser contornada. Após a emancipação, continuou ativo na política: foi Ministro de D. Pedro I e deputado na Assembleia Constituinte de 1823, onde publicitou suas ideias.

Para construir uma nação "compacta e homogênea" com desenvolvimento econômico segundo os padrões modernos, era preciso acabar com as tensões e conflitos internos,

através de um plano civilizador, organizado em reformas que o governo na forma de monarquia constitucional em torno de um parlamento careceria de fazer. E para existir essa nação era preciso civilizar o seu povo, visando a prosperidade futura do império de tal modo, levanta algumas ideias, baseadas nos seus estudos e experiências desenvolvidas ao longo de sua vida. Primeiramente propõe a abolição do tráfico negreiro e progressivamente a emancipação dos cativos escravos.

Todavia, alertava que não será simples colocar tal ideia em prática, "será mais fácil propagar as luzes e aumentar a riqueza do Brasil, do que vencer as dificuldades que se opõem, por causa das raças e escravidão, a que seus moradores sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos". Deixo claro que Bonifácio enfatiza que a escravidão não pode ser abolida de maneira repentina tal acontecimento traria grandes males. (SILVA, 2000, p. 33)

Segundo José Bonifácio continuando com a escravidão boa parte da população jazera sobre os interesses de grandes proprietários de terras, visto como o monopólio das capacidades legislativas ficavam comprometidas a coerção, uma vez que o senhor legislava sobre a vida dos cativos e juridicamente sem restrições. E mais, a escravidão era nociva à diligência e à atividade criadora, induzia ao ócio os brasileiros, tornando-o desonroso até para um homem livre:

"[...] a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos, vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a

experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se à vadiagem e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor”. (SILVA, 2000, p. 29)

Bonifácio acreditava que o legislador, assim “como o escultor faz de pedaços de pedra estatuas, faz de brutos homens”. Dizia ele:

Art. XIV: “Todo escravo, que mostrar perante o juiz policial, ou Conselho Provincial Conservador, que tem sido cruelmente maltratado por seu senhor, tem direito de buscar novo senhor; mas se for estropiado, ou mutilado barbaramente, será imediatamente forro pela lei.” (SILVA, 2000, p. 36)

Mesmo acabando com o tráfico, nem tudo estará feito; ainda será preciso melhorar a sorte dos escravos. Algo para incentivar essa prática teria de ser feito. Afirmava:

Art. XXVII: “Para recompensar a beneficência e sentimentos religiosos e justiça. Todo o senhor, que der alforria a mais de oito famílias de escravos, e lhe distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo governo como benemérito da pátria, e terá a requerer mercês e condecorações públicas.” (SILVA, 2000, p. 38)

Apagando em poucas gerações essa sociedade escravista, caracterizada por profunda heterogeneidade cultural, com seus vícios resultantes da escravidão, formando uma nação homogênea tanto física e cível.

No tocante a civilização dos índios bravos do Brasil, Bonifácio argumentava as qualidades necessárias para a ingressão do elemento indígena no mundo civilizado. Primeiro necessitariam conhecer o que são e o que devem ser naturalmente os índios bravos para depois envolver os meios de os civilizá-

los.

Do qual terá grandes dificuldades para se efetivar essa ideia, devido ao modo de como foram tratados esses indígenas, surgiu-se um certo desprezo: pelas apropriações de terras; aos serviços que foram sujeitados; enchendo-os de nossos vícios sem dar-se nossas virtudes. Necessitado a sua vida à mercê da natureza selvagem, não tem a ideia de prosperidade que o homem civilizado adquiriu. Segundo Bonifácio, eles eram preguiçosos, não tinham nenhum freio moral religioso e civil, entretanto, não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados: “mudadas as circunstancia mudam se os costumes”. O caminho a ser seguido era a criação por meio do governo, aldeamento onde eles estariam sujeitos a lei e a religião, sendo educados e civilizados, usando o instrumento certo, no caso a educação, feramente primordial para conduzi-los ao caminho do mundo civilizado.

Bonifácio via na educação o mais poderoso instrumento de desenvolvimento humano, o caminho para conduzir, não apenas os índios, mas o conjunto da população brasileira rumo ao mundo moderno.

Portanto, educar os índios poderia ser um caminho para educar também os brancos. Em sua ideia de integração do indígena, sugeria a introdução, nas aldeias, do uso do arado e de outros instrumentos agrícolas europeus. Deste modo, “talvez com o exemplo dos índios os brancos das povoações vizinhas ou que se forem estabelecer nas aldeias os imitem e percam falsos pundonores”.

A integração dos índios para Bonifácio de certa forma convinha para a criação de um mercado de mão de obra interno, que serviria de anteparo assim ao fim da importação de mão de obra africana. Logo no início da *Representação a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil* apresentada em 1823,

ilustrava a necessidade de " um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão, com o andar do tempo, inúteis os escravos.

Bonifácio talvez foi um dos primeiros a defender a miscigenação como característica da identidade brasileira. A miscigenação deveria cumprir papéis fundamentais bem como eliminar as profundas diferenças raciais e, ao mesmo tempo, civilizar índios e negros, por meio dessa mistura sanguínea e cultural com os brancos.

“Cuidemos, pois, desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo compacto, que não se esfarele ao toque de qualquer convulsão política.” (SILVA, 2000, p.24/25)

Como homem da ciência, acreditava ser capaz de fabricar a nacionalidade em uma espécie de laboratório social, bastava misturar as diversas matrizes culturais e raciais para sintetizar o mestiço brasileiro.

Ademais, Bonifácio estimulava a imigração europeia, já que esses futuros colonos trariam consigo suas respectivas culturas, hábitos e costumes. Em carta a Tomas Antônio de Villanova Portugal, de maio de 1820, explicitava a importância de trazer colonos alemães, uma vez que “estas colônias são de sumo interesse para o Brasil, porque lhe trazem uma mistura de sangue, e dão exemplo vivo da maior atividade e moralidade, de que tanto precisamos”.

José Bonifácio tinha ideias para uma espécie de “reforma agrária” no país. Era preciso dividir os latifúndios e incentivar a Pequena e média propriedade. Caminho seguro para a produtividade agrícola, mas também para a penetração do Estado no interior da nação.

A pequena lavoura também era,

assim, condição para a integração do negro liberto à sociedade, sem a qual a abolição da escravidão não cumpriria seus objetivos. Nenhum bem resultaria para a nação se os negros fossem simplesmente abandonados à própria sorte. O desenvolvimento do país estava condicionado à transformação dos escravos em cidadãos capazes de garantir seu sustento e de trabalhar para o incremento da riqueza da pátria. Bonifácio defendia a doação de terras aos negros livres mesmo antes da abolição. Propunha no "Art. X Todos os homens de cor forros, que não tiverem ofício, ou modo certo na vida, receberão do estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem..." (SILVA, 2000. p. 35).

Enfim, por meio de brigas e intrigas com ditos-cujos que eram contrárias ao seu projeto de Brasil acaba preso e exilado para a França ainda em 1823, após o fechamento da Assembleia Constituinte, retornou ao Brasil em 1829 e, no pouco depois foi indicado por D. Pedro I tutor do futuro imperador. Contudo, após seu retorno ao Brasil, sua atuação no cenário político foi breve; além da tutoria de Pedro II, ocupou apenas a cadeira de deputado em 1831, mas, como apontou Miriam Dolhnikoff (2000, p. 5), “então, já sem o brilho e a importância da fase anterior, terminando por se afastar definitivamente em 1833”. Faleceu em 1838, aos 75 anos.

Como se vê, mesmo uma breve investigação da trajetória de José Bonifácio, e uma análise superficial de suas ideias, revelam um pensador de espírito inquieto, reflexivo e de incontestável capacidade crítica, preocupado com o desenvolvimento do Estado. Como já afirmaram alguns historiadores, o conjunto de seus escritos se constitui num verdadeiro projeto de Nação, dedicado em transformar o Brasil numa sociedade moderna.

Referências

BURKE, Peter. **Variedades de História**

Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDEIRA, Jorge (Org.) **José Bonifácio de Andrada e Silva.** São Paulo: Ed. 34, 2002.

CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio: razão e sensibilidade uma história em três tempos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DIÉGUES, Fernando. **A Revolução Brasílica — O projeto e a estratégia de independência.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Introdução.* In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil.** Organização: Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

HANDELMANN, Heinrich. **História do Brasil.** Trad. Lúcia Furquim. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São

Paulo, 1982

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Memória sobre o diamante do Brasil (1790). In: **Gemologia.** São Paulo: 8 (32): 7-10, 1963.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil.** São Paulo: Leya, 2011

OCTAVIANO, Nogueira. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Obras Políticas de José Bonifácio.** Organização: Octaviano Nogueira. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

OLIVEIRA, Lima. **O Movimento da Independência.** Rio de Janeiro: 6 edições; Top Books, 1997.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. **José Bonifácio.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.